



14 DE SETEMBRO DE 2017

Quinta-feira

- SEMANA DA EMPREGABILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
- PROTESTO DE METALÚRGICOS DEIXA TRÂNSITO LENTO NA BR-277
- GENERAL MOTORS E MAN ANUNCIAM CONTRATAÇÃO DE MIL TRABALHADORES
- EMPRESAS DEVERÃO CAPACITAR NEGOCIADORES EM CONVENÇÕES COLETIVAS
- QUASE 60% DAS EMPRESAS PRECISAM DE TREINAMENTO PARA SE ADAPTAR AO eSOCIAL
- PLATAFORMA ON-LINE SERÁ CRIADA PARA ABRIGAR EMPRESAS SIMPLES DE CRÉDITO
- PROJETO DE LEI PODE AUTORIZAR SEGURO-DESEMPREGO PARA MEIS
- SKAF DIZ QUE FIESP É RADICALMENTE CONTRÁRIA À VOLTA DO IMPOSTO SINDICAL
- SERVIÇOS PRESTADOS A EMPRESAS PUXARAM QUEDA NO SETOR EM JULHO, DIZ IBGE
- INDÚSTRIA EM NÚMEROS
- EMPRESAS DO SIMPLES ESTÃO SOB A LUPA DA RECEITA
- BRASIL E ARGENTINA REALIZAM V REUNIÃO DA COMISSÃO DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO BILATERAL
- BOLSA SOBE PELO 3º DIA E ATINGE NOVO RECORDE; DÓLAR ENCOSTA EM R\$ 3,14
- CONFIANÇA DO CONSUMIDOR DO BRASIL SOBE PARA O MAIOR NÍVEL DESDE FEVEREIRO, MOSTRA THOMSON REUTERS/IPSOS
- PRÉVIA DO PIB APONTA ALTA DE 0,41% NA ATIVIDADE ECONÔMICA
- IGP-10 DE SETEMBRO FICA EM 0,39% ANTE QUEDA DE 0,17% EM AGOSTO, AFIRMA FGV

- ANEEL ANUNCIA TARIFA MAIS BAIXA PARA QUEM MUDAR HORÁRIO DE CONSUMO
- REFORMA POLÍTICA NÃO AVANÇA, DE NOVO, E REGRAS ATUAIS DEVEM SE MANTER EM 2018
- TEMER FAZ APELO À BASE ALIADA PARA RETOMAR REFORMAS GOVERNISTAS
- PRODUZA BATERIA OU PERCA EMPREGO, DIZEM CHEFES DE MONTADORAS À EUROPA
- VOLKSWAGEN CAMINHÕES VÊ RETOMADA DE MERCADO E INGRESSA EM NOVO SEGMENTO COM FAMÍLIA DE LEVES
- FORD ANUNCIA NOVO EcoSport 4x4 PARA O BRASIL COM PEGADA EUROPEIA
- LOCADORAS AUMENTAM PARTICIPAÇÃO NAS VENDAS DE CARROS
- MOTOR A COMBUSTÃO INTERNA AINDA VAI EVOLUIR MUITO
- GM DE GRAVATAÍ VOLTA A 3 TURNOS E CONTRATA 700
- CONSÓRCIO OBTÉM RECORDE ANUAL EM NOVAS COTAS
- NOVO DELIVERY AMPLIA FAMÍLIA VOLKSWAGEN

CÂMBIO		
EM 14/09/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,138	3,138
Euro	3,733	3,734

Fonte: Bacen

Semana da Empregabilidade para Pessoas com Deficiência

14/09/2017 – Fonte: Conselho Municipal do Emprego e Relações do Trabalho

Edital: Clique [AQUI](#)



Não perca essa oportunidade!

25 a 29 | set.

PROGRAMAÇÃO:

25 a 28/09 - 09h às 17h
Uma estrutura especial, que contará com equipe técnica e empresas interessadas em contratar pessoas com deficiência e reabilitados do INSS, estará disponível nas seguintes datas e Ruas da Cidadania:

25/09 - FAZENDINHA . 26/09 - BOQUEIRÃO . 27/09 - PINHEIRINHO . 28/09 - BOA VISTA

*Nos demais Postos de Atendimento do SINE, exceto da Rua da Cidadania Matriz, também haverá atendimento a pessoas com deficiência e reabilitados do INSS.

29/09 - 09h às 17h - Dia D
Atendimento exclusivo para pessoas com deficiência e reabilitados do INSS, na Rua Schiller, 159, Hugo Lange.

Neste dia haverá transporte gratuito, das 9 às 16h, com saída de uma em uma hora da praça Rui Barbosa, face da rua Desembargador Westphalen, recuo inicial próximo à rua Pedro Ivo.

CONTATO:
Email: vagas@smte.curitiba.pr.gov.br
vagaspcd@smte.curitiba.pr.gov.br
Telefone: 3224-8451 . 3223-3267

Atenção: Levar Carteira de Trabalho, RG e CPF.

DIA DE INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS BENEFICIÁRIOS REABILITADOS DO INSS



SINE **FAS** **CURITIBA** **MINISTÉRIO DO TRABALHO** **BRASIL**

Protesto de metalúrgicos deixa trânsito lento na BR-277

14/09/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Por volta das 8h15, o trecho mais afetado era entre os km 72 e 70 da pista sentido Litoral



Metalúrgicos da Renault, na BR-277, participam de protesto SMC/Divulgação

Protesto de metalúrgicos e metalúrgicas da grande Curitiba deixou o trânsito lento na BR-277 na manhã desta quinta-feira (14). Por volta das 8h15, o trecho mais afetado era entre os km 72 e 70 da pista sentido Litoral. Às 9h30, a via já tinha fluxo normal.

Também houve registro de lentidão na BR-376, na região da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) onde ficam algumas outras indústrias de metalurgia.

O protesto foi liderado pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba e contra a Reforma Trabalhista, sancionada em julho, e da Previdência - que pode ser votada ainda neste ano.

De acordo com o sindicato, o protesto chegou a atingir 20 mil trabalhadores de 8 fábricas na Cidade Industrial, São José dos Pinhais e Araucária: Volvo, Bosch, CNH, Renault e Brafer.

General Motors e MAN anunciam contratação de mil trabalhadores

14/09/2017 – Fonte: R7

Serão abertas vagas em Gravataí (RS) e em Resende (RJ)



A GM deve iniciar um 3º turno para produzir o Prisma e o Onix Divulgação

Duas montadoras, a General Motors e a MAN Latin America, uma de automóveis e outra de caminhões e ônibus, anunciaram nesta quarta-feira, 13, abertura de 1 mil vagas em suas fábricas. No mês passado, o setor já tinha aberto 1,1 mil postos de trabalho e hoje emprega 126,3 mil funcionários.

O movimento confirma a recuperação na produção, que já cresceu 25,5% neste ano em relação a 2016, mas o número de vagas ainda está distante do pré-crise. No fim de 2013, o setor empregava 157 mil pessoas.

A GM abriu 700 vagas temporárias (inicialmente por um ano) para reiniciar o terceiro turno de trabalho na fábrica de Gravataí (RS), onde produz os modelos Onix e Prisma. O turno que opera à noite havia sido suspenso em dezembro de 2015. Na ocasião, 825 operários tiveram os contratos suspensos por cinco meses (lay-off) e parte deles foi demitida ao fim desse prazo.

Em nota, o presidente da General Motors Mercosul, Carlos Zarlenga, disse que "o sucesso do Onix, líder de vendas no mercado há três anos, e do Prisma, o sedã mais vendido do Brasil, nos incentivou a ampliar a produção, criando o terceiro turno na fábrica de Gravataí."

Exportações também estão ajudando no aumento da produção, informou a GM que, no mês passado, anunciou investimentos de R\$ 1,4 bilhão para a unidade gaúcha. Segundo a empresa, com o turno adicional serão produzidos 20 mil carros a mais naquela fábrica, mas não informou o volume atual.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí, Valcir Ascari, disse que a GM tinha 3,5 mil funcionários quando suspendeu o terceiro turno e hoje tem cerca de 2,5 mil.

"É muito positivo que algumas vagas estejam voltando num momento em que a economia começa a se recuperar". Segundo ele, novas contratações deverão ser anunciadas pelas fabricantes de autopeças que operam dentro do complexo de Gravataí.

Caminhões

A MAN, que produz caminhões Volkswagen, vai contratar 300 funcionários para a produção de uma nova linha de produtos. No mês passado a montadora suspendeu um programa de redução de jornada e salários, após dois anos operando quatro dias por semana, e chamou de volta funcionários que estavam em lay-off.

Além disso, negociou com os empregados trabalho extra, em três sábados ao mês até o fim do ano para atender a demanda interna e as exportações. "Agora abrimos 300 vagas, das quais metade devem ser preenchidas até o fim do mês", disse o presidente da MAN, Roberto Cortes.

O complexo de Resende (RJ), que funciona com fabricantes de autopeças ao lado da fábrica, emprega hoje 3,2 mil funcionários e opera em um turno. Antes da crise econômica eram 5,5 mil trabalhadores, segundo Cortes.

A nova linha é composta de seis caminhões, com capacidade de carga que variam de 3,5 toneladas a 13 toneladas. O modelo menor, chamado de Delivery Express, coloca a marca num segmento em que ainda atuava. "Foram cinco anos de desenvolvimento conjunto entre engenheiros alemães e brasileiros", afirma Cortes.

A nova linha será lançada na Fenatran (salão de veículos pesados), que ocorrerá em São Paulo em outubro. Cortes espera que 30% a 40% da produção dos novos caminhões sejam exportadas para vários mercados.

O desenvolvimento da nova linha consumiu boa parte dos investimentos de R\$ 1 bilhão que a montadora fez no Brasil nos últimos cinco anos. Um novo plano, de R\$ 1,5 bilhão, foi anunciado em dezembro.

Empresas deverão capacitar negociadores em convenções coletivas

14/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

As empresas devem qualificar melhor seus negociadores para atuarem na discussão das convenções coletivas de trabalho após a aprovação da reforma trabalhista, na avaliação de membros da área jurídica de empresas do varejo.

Durante evento do setor de supermercados, o gerente jurídico da rede Angeloni, Hélder Levy dos Santos, avaliou que as companhias precisarão analisar todas as cláusulas de suas convenções coletivas diante da nova regra que privilegia o negociado entre empregador e empregado.

Para o diretor jurídico trabalhista do Carrefour, Alexandre Albuquerque Almeida, as empresas precisam ser capazes de resolver impasses, o que significa manter canais de comunicação abertos.

Santos ainda mencionou que alguns acordos de convenção coletiva podem conter cláusulas hoje já não praticadas, questões burocráticas e sem impacto para trabalhadores.

Ele avaliou, no entanto, que a revisão passa a ser necessária para evitar que eventuais descumprimentos de cláusulas desse tipo resultem em disputas com sindicatos.

Quase 60% das empresas precisam de treinamento para se adaptar ao eSocial

14/09/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

Estudo realizado pelo Sistema Fenacon Sescap/Sescon destaca ainda a mudança de cultura como um dos principais desafios

Das empresas que participaram da pesquisa sobre o eSocial, 58% indicaram a necessidade de treinamento para promover a adaptação dos funcionários ao novo formato de envio das informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais ao governo. O levantamento, realizado pelo Sistema Fenacon Sescap/Sescon, considera a opinião de 1.332 empresas brasileiras, principalmente, do setor de serviços e do comércio.



O eSocial entra em vigor em duas fases – em janeiro de 2018 para as companhias que faturam acima de R\$ 78 milhões e em julho do mesmo ano para as demais. Sem possibilidade de prorrogação desses prazos, as empresas têm entre quatro e 10 meses para adequarem suas rotinas, softwares, bancos de dados e pessoal ao uso do novo sistema.

“Preparar os funcionários que atuam na emissão da folha de pagamento, nos departamentos administrativos e de recursos humanos será fundamental para evitar o envio de informações equivocadas. Investir em cursos e no uso do ambiente de testes do eSocial, aberto desde 1º de agosto, será muito importante para a qualificação dos colaboradores”, alerta o presidente do Sescon/SC, Eugenio Vicenzi.

Para ajudar na tarefa, a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) criou, em parceria com a Receita Federal, o MTE e a Caixa, o Portal Árvore do Conhecimento (www.arvoredokonhecimento.org.br). No site, estão disponíveis gratuitamente mais de 40 vídeos, com conteúdo direcionado ao preenchimento do eSocial.

Outros desafios

A pesquisa da Fenacon apurou ainda os principais desafios das empresas na implantação do eSocial. Segundo o relatório, 42,3% veem dificuldade em repensar processos e mudar a cultura organizacional. O número reflete, na avaliação do diretor de educação e cultura da Fenacon, Hélio Donin Júnior, a resistência das empresas em deixar de lado alguns procedimentos equivocados.

“Com o eSocial em vigor, não será mais possível admitir o funcionário sem enviar toda a documentação necessária para o registro. Esses maus hábitos, que apesar de serem proibidos pela legislação eventualmente acontecem”, explica. Na lista de dificuldades aparecem ainda a demanda por adequação de sistemas (27,2%) e a necessidade de alterações operacionais (16,1%), entre outras.

Projeto de Lei pode autorizar seguro-desemprego para MEIs

14/09/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

Os microempreendedores individuais (MEI) poderão ter direito de receber seguro-desemprego, no que depender da proposta aprovada pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados e que agora, para virar lei, depende de aprovação de outras comissões, como a de Finanças e Tributações.

A nova redação altera a lei que regulamenta o seguro-desemprego, a qual hoje em dia não prevê o pagamento do benefício ao MEI.

Para ter direito ao benefício, de acordo com o texto, o microempresário vai precisar comprovar que a empresa está inativa ou que não obteve faturamento no ano anterior. Hoje em dia, ao optar por se cadastrar como pessoa jurídica, o trabalhador desempregado tem o pagamento do seguro-desemprego suspenso, porque existe um entendimento que ele já tenha alguma renda como empresário.

Os pequenos negócios crescem a cada dia e já representam boa parte da renda de brasileiros, que apostam no empreendedorismo para driblar a falta de vagas formais no mercado de trabalho. Por esse motivo, o número de microempreendedores individuais (MEI) já é de 7,4 milhões em todo o país, segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

A cada ano, cerca de um milhão de pessoas se registram no Portal do Empreendedor para criar a própria empresa nessa modalidade. De janeiro a junho deste ano, surgiram 902.290 novas empresas de Microempreendedores Individuais (MEIs), do total de 1.142.641 companhias criadas no País no período. O resultado representa 10,5% a mais do que o registrado no mesmo primeiro semestre de 2016.

Segundo o Sebrae, a estima é que o número de microempreendedores individuais atinja os 12 milhões até 2019.

O texto que altera as regras de concessão de seguro-desemprego está aguardando Designação de Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Plataforma on-line será criada para abrigar empresas simples de crédito

14/09/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

A proposta contemplará também o fim da tributação dos investidores em empresas inovadoras



Uma plataforma on-line foi a saída negociada entre a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa e o Banco Central para assegurar a criação da Empresa Simples de Crédito (ESC), cujo objetivo é aumentar a oferta de empréstimos para pequenos negócios. A proposta contemplará também o fim da tributação dos investidores em empresas inovadoras, as startups.

As novidades no segmento foram antecipadas pelo relator da nova Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, deputado Otávio Leite (PSDB-RJ, à esquerda na foto). A lei foi lançada pela primeira vez em 2006 e desde então vem sendo aperfeiçoada por meio de propostas apoiadas pela frente e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Na mais recente atualização, em 2016, a Lei Complementar nº 155/2016, o Banco Central orientou o presidente Michel Temer a vetar os dispositivos que previam a criação da ESC. A informação é do **'DCI'**.

Facilidades

Essa nova modalidade de empresa financeira, a ESC, é uma das novidades da nova Lei Geral, cuja proposta será lançada até o início de outubro antes da data comemorativa do segmento, em 5/10. Segundo a proposta, a ESC terá atuação municipal e só poderá emprestar recursos próprios de seus empreendedores a

pequenos negócios locais, que enfrentam dificuldades de acesso ao sistema bancário tradicional.

“Essa plataforma permitirá que o Banco Central acompanhe a movimentação dessas novas empresas”, disse Leite. “Essa é uma questão já superada”, complementou. Segundo o relator, a plataforma será um canal específico para as empresas simples de crédito. Elas vão se inscrever nesse espaço e nele farão suas movimentações de empréstimos, permitindo o acompanhamento on-line pelo Banco Central.

Facilitar o acesso ao crédito para os pequenos negócios é uma das prioridades da nova Lei Geral, segundo declarou o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, em evento realizado, na segunda-feira (11), em Florianópolis (SC), para debater a proposta.

Segundo Afif, as ESCs permitirão que pessoas físicas emprestem recursos próprios para pequenos negócios o que será essencial para estimular o crédito para esse segmento, hoje não atendido pelas grandes empresas do setor financeiro.

“Pesquisas do Sebrae indicam que 84% das empresas não sabem o que é crédito. O sistema bancário é grande demais para atender os pequenos”, ressaltou o presidente do Sebrae, lembrando que, por conta das dificuldades em obter financiamentos, muitos empresários acabam recorrendo a medidas como o cheque especial ou cartão de crédito pessoa física.

Sem obstáculos e agiotas

De acordo com o relator, o BC reiterou que não criará dificuldades para a criação da ESC. “A verdade é que o Brasil precisa experimentar na prática essa nova modalidade de acesso ao capital em 5.500 municípios”, defendeu Leite.

Para vetar a ESC, em 2016, o BC alegou que os dispositivos previam a criação de estruturas empresariais já desenvolvidas pela Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte, disciplinadas em lei e em resolução do órgão.

Para o relator, não prospera a ideia disseminada por contestadores da proposta de que a ESC vai facilitar a expansão dos agiotas no País.

“O perfil do agiota é o perfil do capitalista selvagem associado a uma intenção de intimidação e constrangimento. Esse personagem, que existe na sociedade, não é o objetivo da nossa lei. Queremos atender o cidadão que deseja ser empreendedor com o oferecimento de crédito para pequenos negócios”, diferenciou Leite.

Outro dispositivo a ser incorporado à Lei Geral será a revogação de normas editadas pela Receita Federal em 21/7/2017, com a tributação dos rendimentos decorrentes dos contratos de participação efetuados pelos chamados investidores-anjo em micro e pequenas empresas inovadoras, as chamadas startups.

“Nós iremos corrigir essa ação administrativa pelo texto da lei”, disse Leite. “É uma decisão dinossáurica, feita por quem não compreendeu o espírito da lei de 2016 que regulamentou a figura do investido-anjo. Além disso, tributo não pode ser criado por norma da Receita.”

Refis e ação judicial

Outra novidade é que a Frente vai propor uma ação judicial contra a notificação feita nesta semana pela Receita para excluir 500 mil micro e pequenas empresas inadimplentes do Supersimples.

Para o deputado Carlos Melles (DEM-MG), presidente da comissão da nova Lei Geral, e tributaristas, o governo fere a Constituição ao levar essas empresas à informalização.

A Frente quer pleitear um outro novo Refis para o segmento, após o Congresso votar o novo Refis para pessoas físicas e jurídicas.

Skaf diz que Fiesp é radicalmente contrária à volta do imposto sindical

14/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

Diante da possibilidade da edição de uma Medida Provisória (MP) para ajustar alguns pontos na reforma trabalhista, entre eles questões relacionadas ao imposto sindical, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, reiterou a posição contrária da entidade ao aumento de impostos.

“A Fiesp se manifestou radicalmente contra o imposto sindical, apesar de ser beneficiada por ele. Agora que ele será extinto, seria uma incoerência se tivéssemos uma posição diferente, porque somos radicalmente contra qualquer aumento de impostos”, afirmou Skaf. “Fizemos a campanha do pato amarelo em 2015 contra o aumento de impostos e, de lá para cá, a pauta se tornou uma das nossas cruzadas.”

O presidente da Fiesp afirmou que a carga tributária no País já é muito elevada e que não é este o caminho para resolver o problema fiscal. “A arrecadação já é muito alta e o que precisamos é de eficiência, gestão e seriedade, e não arrecadar mais imposto”, disse.

Para Skaf, a chance de retorno do imposto sindical, ou alguma compensação neste sentido, é zero. “Essa questão da contribuição sindical é pontual perto do tamanho e da relevância da reforma”, avaliou, dizendo que o necessário é esclarecer à população como ocorrerá a modernização trabalhista que será implementada em novembro.

Economia

A maior preocupação da indústria neste momento de retomada econômica ainda em ritmo moderado deve ser identificar como contribuir e promover medidas catalisadoras, declarou Skaf, em evento da Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis na capital paulista.

“A economia está melhor em todos os sentidos, a situação é muito superior a qual estávamos há seis ou 12 meses. Minha maior preocupação é como jogar um catalisador nessa recuperação”, disse.

A reunião realizada na terça entre entidades empresariais, centrais sindicais e o governo federal foi citada por Skaf como parte do trabalho de identificar oportunidades para impulsionar o ritmo da retomada. “Fizemos um grande grupo, com vários setores e representantes de Estados, centrais sindicais. Falamos de medidas emergenciais para jogar um catalisador do emprego”, comentou.

O presidente da Fiesp lamentou o grande número de desempregados no país e afirmou que “só há um caminho para se resolver o problema do emprego, o crescimento econômico”. “Levamos esta pauta comum ao presidente e a ministros do governo, num momento histórico.”

Entre os pontos debatidos na apresentação em Brasília, Skaf citou a maior liberação de crédito pelo BNDES e bancos; retomada de obras paradas pelo País; desburocratização; e uma definição satisfatória sobre o Refis. “São medidas catalisadoras que podem ser lançadas de maneira rápida e que podem ser benéficas para a retomada”, afirmou Skaf.

Previdência

Durante a apresentação, Skaf também ressaltou a importância da agenda de reformas que vem sendo implementada pelo governo, em especial a da Previdência. “Me perguntam se a reforma da Previdência será aprovada, diante da situação política

delicada. Eu lembro que, mesmo assim, o governo aprovou o teto de gastos, regulamentou a terceirização, fez a modernização trabalhista. Eu acredito, sim, que a reforma da Previdência será aprovada no Congresso.”

Skaf, que considera a reforma da Previdência necessária para o cumprimento do teto de gastos, avalia que a pauta deve entrar na agenda do Congresso após a aprovação da reforma política. “A discussão sobre a Previdência deve ser aquecida no Congresso em novembro”, afirmou.

BNDES

O encontro realizado em Brasília com membros governo federal e centrais sindicais rendeu compromissos positivos à Indústria nacional, afirmou Skaf. Além do anúncio da linha de crédito para capital de giro do BNDES para micro e pequenas empresas, o BNDES Giro, Skaf comentou que o presidente do banco de fomento, Paulo Rabello, informou que a entidade estuda implementar uma linha direta de crédito entre empresas e o BNDES, para eliminar os agentes que repassam o crédito.

“Se funcionar, isto será maravilhoso, porque os agentes, hoje, não são facilitadores para repassar os recursos, eles são uma pedra no caminho”, disse Skaf em entrevista após participação em fórum realizado pela Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis.

“Não quero generalizar, mas, como regra, não há interesse dos agentes”, ponderou. Skaf explicou que isso acontece porque o recurso é do BNDES, mas o responsável pelo crédito é o agente intermediário, “que acaba ficando com o risco e, assim, aumenta as restrições”. “Neste sentido, uma linha direta com o BNDES é muito interessante”, comentou.

O presidente da Fiesp exaltou o papel do BNDES na retomada econômica. “A indústria corresponde a 22% dos desembolsos do BNDES, o restante vai para comércio, agronegócio, serviços. Essa liberação de recursos pode contribuir muito para a retomada”, afirmou Skaf, apontado que a linha direta entre BNDES e empresas pode ser implementada em pouco tempo.

Serviços prestados a empresas puxaram queda no setor em julho, diz IBGE

14/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

Os serviços prestados a empresas puxaram a queda de 3,2% no volume de serviços prestados no País em julho, em relação ao mesmo mês de 2016. Os segmentos de transportes e serviços prestados às famílias, porém, impediram uma perda maior. Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O segmento de Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio cresceu 3,0%, enquanto os Serviços prestados às famílias avançaram 1,5% em julho ante julho de 2016.

Segundo Roberto Saldanha, analista da Coordenação de Serviços e Comércio do IBGE, a redução na taxa de desemprego, a inflação mais baixa e o saque das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) impulsionaram os gastos com os serviços prestados às famílias. No caso dos transportes e armazenagem, houve ajuda da safra recorde e do aumento das exportações de produtos agrícolas e industriais.

Na direção oposta, houve recuos em julho em Outros serviços (-11,6%); Serviços profissionais, administrativos e complementares (-7,8%) e Serviços de informação e comunicação (-4,1%). O agregado especial das Atividades turísticas recuou 5,0% ante julho de 2016.

Em termos de composição da taxa, a redução de 3,2% no volume global de serviços prestados teve contribuições positivas de Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio (0,8 ponto percentual) e dos Serviços prestados às famílias (0,1 ponto percentual), mas negativas dos Serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,9 ponto percentual); Serviços de informação e comunicação (-1,4 ponto percentual) e Outros serviços (-0,8 ponto percentual).

“O setor de serviços não está ainda apresentando recuperação. Quando essas taxas negativas mês contra mesmo mês do ano anterior estiverem próximas de zero ou positivas, a gente pode afirmar que está havendo recuperação. Por enquanto os serviços não reagiram ainda. A taxa acumulada em 12 meses dos serviços estacionou, isso evidencia que o setor não está recuperando”, avaliou Saldanha.

O volume de serviços prestados acumulou uma queda de 4,6% nos 12 meses encerrados em julho.

Indústria em Números

14/09/2017 – Fonte: CNI

Confira o Informativo “Indústria em Números”, de setembro /2017.

1. Desempenho conjuntural da indústria

Principais indicadores da indústria

Variável	Jul17/Jul17 (%) dessaz.	Jul17/Jul16 (%)	Taxa acumulada nos últimos 12 meses; até julho (%)
Produção física ¹	0,8	2,5	-1,1
Faturamento real ²	1,7	0,2	-8,3
Emprego ²	0,1	-2,3	-4,5

Fonte: IBGE e CNI

1 Indústria Geral; 2 Indústria de transformação

Variável	Jul/17	Jun/17	Jul/16
Utilização da Capacidade Instalada (UCI) ¹ Sem efeito sazonal, percentual médio	77,4%	77,1%	76,4%
UCI efetivo-usual ^{2,3} Índice	40,9	39,9	36,5
Estoque efetivo-planejado ^{2,4} Índice	51,0	50,9	49,8

Fonte: CNI

1 Indústria de transformação; 2 Indústria geral; 3 O indicador varia de 0 a 100 pontos. Valores abaixo de 50 pontos indicam ociosidade do parque industrial. 4 O indicador varia de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam estoque acima do planejado.

Variável	Valor Ago/17	Valor Jul/17	Valor acumulado nos últimos 12 meses; até agosto
Exportações de manufaturados Em milhões US\$ FOB	7.266	7.385	78.837
Importações de manufaturados Em milhões US\$ FOB	11.855	10.480	122.175
Saldo de manufaturados Em milhões US\$ FOB	-4.589	-3.095	-43.338

Fonte: MDIC

Empresas do Simples estão sob a lupa da Receita

14/09/2017 – Fonte: MDIC

As mais de 550 mil empresas optantes do Simples Nacional que começaram a ser alertadas nesta semana pela Receita Federal para acertarem seus débitos só têm dois caminhos para evitar serem expulsas do regime tributário a partir do ano que vem: pagar o débito à vista ou ingressar em um programa de parcelamento ordinário, de 60 vezes, sem redução no valor da multa ou dos juros.

Diferentemente das companhias não enquadradas no sistema, que ganharam um longo programa de parcelamento com redução vantajosa no pagamento de juros e

multas, conhecido como Refis, as empresas do Simples ficaram de fora da Medida Provisória 783, que está em negociação no Congresso.

Essa diferenciação no tratamento vem sendo questionada pelo presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, que aguarda o resultado das negociações no Congresso para pleitear a possibilidade de adesão das empresas do Simples em programa de renegociação de débitos tributários com vantagens semelhantes. A Fenacon também integra o movimento por um novo Refis para as micro e pequenas empresas.

Para Elvira de Carvalho, consultora tributária da King Contabilidade, porém, é improvável que o segmento ganhe um novo parcelamento nos mesmos moldes do Refis concedido no ano passado, de 120 parcelas, cujo prazo de adesão foi encerrado em março deste ano. Nesse programa, 137 mil empresas renegociaram R\$ 12 bilhões em débitos.

Diante das incertezas, as empresas que não têm condições de pagar a dívida tributária à vista podem ingressar no programa de parcelamento ordinário, tradicional, em que é possível parcelar o débito em até 60 vezes, sem redução no valor das multas e juros.

De acordo com a Receita, serão notificadas no Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional (DTE-SN), uma espécie de caixa postal eletrônica, 556,13 mil empresas devedoras, que respondem por uma dívida total de R\$ 22,7 bilhões. Destas, 172,54 mil atuam no Estado de São Paulo e possuem débitos no valor total de R\$ 7,5 bilhões.

A comunicação sobre os débitos é feita por meio de Ato Declaratório Executivo – ADE. O prazo para acertar as contas com o fisco é de 30 dias e começa a ser contado a partir do momento da leitura do comunicado.

Na prática, porém, os contribuintes têm 45 dias para regularizar a situação fiscal. A estratégia de alertar os contribuintes, sempre no mês de setembro, sobre os débitos é usada pela Receita há quatro anos. No ano passado, o valor do débito somava R\$ 28,3 bilhões.

Elvira Carvalho chama a atenção para as regras do parcelamento das empresas do Simples. “O contribuinte só pode ingressar uma vez por ano no parcelamento ordinário, de 60 meses. Caso tenha um parcelamento em andamento, ele deve ser rescindido e o saldo será incorporado ao novo”, explica. Todo o processo de adesão é feito de forma online no site da Receita Federal.

Caso o contribuinte não regularize seus débitos no prazo previsto, a exclusão do sistema passa a ter efeitos a partir de janeiro de 2018. Pelos cálculos de Magnus Brugnara, sócio-diretor do Grupo Brugnara, que engloba a empresa Tributarie, especializada em planejamento tributário, a passagem de uma empresa enquadrada no Simples para outro regime de tributação pode representar um aumento médio de 30% da carga tributária.

Sobre o acerto de contas com a Receita, o especialista recomenda que os contribuintes com dívidas realizem um minucioso levantamento em busca de eventuais créditos que podem ser usados para o abatimento do débito.

“É comum as empresas optantes do Simples que trabalham com produtos sujeitos à tributação monofásica do PIS e da Cofins ou à substituição tributária do ICMS terem direito a créditos, mas não usam, seja por falta de conhecimento ou pela dificuldade em identificá-los”, afirma.

Entre os segmentos propensos a gerarem créditos, explica, estão padarias, bares, restaurantes, farmácias, lojas de autopeças. “Muitas têm um caixa oculto que pode ser usado na compensação”, conclui.

Brasil e Argentina realizam V Reunião da Comissão de Produção e Comércio bilateral

14/09/2017 – Fonte: MDIC

Encontro será realizado em Brasília, na sede do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), nos dias 13 e 14 de setembro

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e o Ministério da Produção da Argentina promovem, hoje e amanhã (13 e 14), a V Reunião da Comissão de Produção e Comércio entre Brasil e Argentina. Estão incluídos na pauta temas como comércio bilateral, defesa comercial, serviços, facilitação de comércio, acesso a mercados, cooperação regulatória, promoção de exportações e investimentos, compras governamentais, empreendedorismo e inovação.

Os ministros Marcos Pereira, pelo lado brasileiro, e Francisco Cabrera, pelo lado argentino, se reunirão na quinta-feira (14), no MDIC, para discutir temas relacionados ao comércio entre os dois países. Antes, haverá um encontro de alto nível coordenado pelos secretários de comércio do Brasil, Abrão Árabe Neto, e da Argentina, Miguel Braun.

A Argentina é o principal parceiro comercial do Brasil na América Latina e terceiro maior parceiro, em todo o mundo. Até agosto, as exportações brasileiras para a Argentina foram de US\$ 11,4 bilhões, com um crescimento de 30% na comparação com os oito primeiros meses de 2016. As importações de produtos argentinos pelo Brasil, por sua vez, aumentaram 6,7%, no mesmo período comparativo, somando agora US\$ 6,1 bilhões.

O comércio de serviços entre os dois países também é bastante relevante. De acordo com dados do MDIC, em 2016 o Brasil adquiriu US\$ 374 milhões do país vizinho e vendeu US\$ 458 milhões. Serviços logísticos foram os mais contratados pelos dois países, no período. Principalmente os relacionados ao comércio de bens. O tema será discutido pelo grupo de trabalho de Serviços, que integra a reunião bilateral.

Para o ministro Marcos Pereira, a relação comercial entre Brasil e Argentina é muito relevante para o crescimento econômico dos dois países. "É um comércio de altíssimo nível, focado em bens industrializados", ressaltou. Aproximadamente 95% das exportações brasileiras para a Argentina e 80% das vendas argentinas para o Brasil são compostas por produtos industrializados.

Além disso, Marcos Pereira reitera que a Comissão de Produção e Comércio Brasil-Argentina é fundamental para o diálogo "abrangente, aberto e produtivo entre os dois países", o que, segundo ele, garante avanços expressivos para o desenvolvimento, crescimento econômico e geração de emprego das duas maiores nações da América do Sul. O ministro destaca ainda que o diálogo permanente garante a dinamização da integração, o comércio e as oportunidades de negócios bilaterais.

Mercosul

Na agenda da reunião bilateral, ainda há temas relacionados ao Mercosul, como as negociações com a União Europeia e com o EFTA e a aproximação com outros países. O objetivo é conciliar as posições e facilitar o processo decisório regional.

Propriedade Industrial

Está prevista para esta quinta-feira (14) a assinatura do Memorando de Entendimento entre os Institutos Nacionais da Propriedade Industrial dos dois países, com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais, por meio da cooperação em propriedade industrial. O documento formaliza e intensifica o intercâmbio técnico e científico entre os governos para a promoção do desenvolvimento da indústria, da tecnologia e da economia bilateral.

Histórico

Brasil e Argentina promoveram, em 2016, o lançamento da Comissão de Produção e Comércio Brasil-Argentina, em substituição à Comissão Bilateral de Comércio e Investimentos, cujo último encontro havia ocorrido em 2011.

Desde a primeira reunião, em abril de 2016, a comissão tem colaborado para o aprofundamento da relação bilateral, o enfrentamento de dificuldades conjunturais, a coordenação de políticas e o tratamento de pautas de interesse para a melhor inserção dos dois países nos mercados internacionais.

A Comissão também funciona como importante canal de comunicação com os setores privados dos dois países. Em setembro de 2016, foi criado o Conselho Empresarial Brasil-Argentina (Cembrar), a partir de acordo firmado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela União Industrial Argentina (UIA).

No âmbito do Cembrar, os setores industriais dos dois países podem trocar informações sobre políticas industriais e comerciais, identificar oportunidades de comércio e investimentos e articular a defesa de interesses dos setores junto aos respectivos governos, além de coordenar atuação conjunta no Mercosul.

Em agosto de 2016, foi firmado um Memorando de Cooperação em Facilitação de Comércio, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a implementação de uma política conjunta de facilitação de comércio bilateral, que possibilitará crescimento do fluxo comercial e redução de custos operacionais, além de buscar mecanismos que viabilizem a interoperabilidade entre os portais únicos de comércio exterior dos dois países.

Na área de micro e pequenas empresas, foi assinada, em outubro de 2016, declaração conjunta sobre simplificação de procedimentos de comércio exterior para o segmento.

Os dois países promoveram, também, intercâmbio de experiências em políticas públicas para *startups*, com apresentações sobre programas e marcos normativos em vigor e sobre projetos e objetivos de cada governo. Também foi anunciado o programa de intercâmbio de empreendedores de base tecnológica durante a segunda quinzena de outubro.

As secretarias de Comércio e aduanas de Brasil e Argentina também assinaram um documento que viabiliza a incorporação de Certificados de Origem Digitais (COD) no comércio bilateral. Desde maio deste ano, o Sistema de Certificação de Origem Digital está oficialmente implementado.

O COD representa uma economia de custos de pelo menos 35% na emissão do documento, além da redução de três dias para cerca de 30 minutos no prazo. O sucesso da iniciativa coloca a Argentina como o principal parceiro do Brasil nos esforços de modernização dos processos de comércio exterior.

Em julho passado, foi assinado um novo acordo para evitar a dupla tributação no comércio de serviços. Havia um acordo, firmado em 1980, que não permitia aos exportadores argentinos a dedução do imposto dos lucros. A atualização do texto foi fundamental para fomentar o comércio bilateral de serviços.

Além disso, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e a *Agencia Argentina de Inversiones y Comercio Internacional* (AAICI) têm trabalhado juntas para promover o intercâmbio de experiências, com foco em cinco pontos principais: ferramentas de informação e monitoramento; ações de promoção conjunta; capacitação de empresas; planejamento estratégico e estabelecimento de KPIs (*key performance indicators*) para a área de investimentos; e *Policy Advocacy* – melhora do ambiente de negócios para investimentos e exportações.

Com relação ao tema "defesa comercial", Brasil e Argentina criaram um mecanismo de diálogo entre autoridades investigadoras, que possibilita a troca de experiências e a convergência das práticas de defesa comercial.

Bolsa sobe pelo 3º dia e atinge novo recorde; dólar encosta em R\$ 3,14

14/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A Bolsa brasileira sustentou a terceira alta consecutiva e testou o patamar de 75 mil pontos nesta quarta (13), amparada pela valorização das ações da Petrobras e do setor bancário e com os investidores digerindo a notícia da prisão de Wesley Batista, da JBS. O dólar avançou também pelo terceiro pregão.

O Ibovespa, índice que reúne as ações mais negociadas, teve alta de 0,33%, para 74.787 pontos. O volume negociado foi de R\$ 11,4 bilhões, acima da média diária do ano, de R\$ 8,14 bilhões. O dia foi de vencimento de opções sobre o índice, que aumenta o giro financeiro.

O dólar comercial se valorizou 0,31%, para R\$ 3,139. O dólar à vista, que fecha mais cedo, avançou 0,78%, para R\$ 3,140.

A Bolsa chegou a ser negociada a 75.146 pontos antes de perder força sob o peso das ações da Vale.

O otimismo do mercado com a economia brasileira tem sustentado os recordes seguidos do mercado acionário nesta semana. Dados de varejo melhores que o esperado e a trajetória de queda da taxa básica de juros alimentam as expectativas positivas dos investidores e atraem um fluxo de capital para a Bolsa.

Nesta quarta, porém, o setor de serviços decepcionou e registrou a primeira queda após três meses de alta. Foi o pior resultado para o mês de julho desde que a série foi iniciada, em 2012, mas não foi o suficiente para afetar a Bolsa brasileira.

"Há uma pressão de compra e os vendedores não pareceram dispostos ainda a empurrar o mercado para baixo. Hoje, o setor de consumo puxou para cima, provavelmente ainda assimilando o dado recente que saiu de que o nosso crescimento do PIB está mais atrelado ao consumo no momento", afirma Alexandre Wolwacz, sócio-fundador do Grupo L&S.

"Não há motivo maior para as pessoas pensarem em vender, e o mercado entra nesse embalo. Mas essa alta íngreme dos últimos dias não costuma durar muito tempo, não sustentáveis. Então deve ter um movimento de correção mais intenso", afirma.

AÇÕES

Nesta quarta, o mercado digeriu informações sobre a prisão do empresário Wesley Batista, sócio do grupo JBS. As ações fecharam em alta de 2,35%, mas analistas avaliam que é arriscado considerar que o mercado reagiu positivamente à notícia.

"A JBS está sendo negociada a R\$ 8,27, e no começo do ano era negociada acima de R\$ 11. É difícil olhar para fundamento de uma empresa que cai 27% no ano, mas que sobe quase 40% desde a mínima, em maio", diz Ignácio Crespo, economista da Guide Investimentos.

"É uma ação bastante volátil e é difícil pensar no longo prazo em uma empresa mergulhada nesse turbilhão, que está se desfazendo de ativos e que tem um acordo de delação de dois executivos sendo revisado", afirma.

As ações da Petrobras fecharam o dia em alta, acompanhando a valorização do petróleo depois que os estoques nos Estados Unidos registraram queda recorde. Os

papéis mais negociados da estatal subiram 1,08%, para R\$ 15,03. As ações ordinárias fecharam com valorização de 1,82%, para R\$ 15,68.

Os papéis da mineradora Vale encerraram o dia com desvalorização, apesar da alta de 0,25% dos preços do minério de ferro nesta sessão. Os papéis ordinários da empresa caíram 1,39%, para R\$ 34,77. As ações preferenciais tiveram baixa de 1,85%, para R\$ 31,80.

No setor financeiro, as ações do Itaú Unibanco subiram 0,70%. As ações preferenciais do Bradesco ganharam 0,43%, e as ordinárias subiram 0,95%. O Banco do Brasil se valorizaram 0,63%, e as units –conjunto de ações– do Santander Brasil ganharam 0,07%.

DÓLAR

A valorização do dólar acompanhou o exterior nesta sessão. Das 31 principais moedas, 27 perderam força em relação à divisa americana nesta quarta.

"Hoje claramente o dólar seguiu o exterior, com o anúncio do governo americano de que vai fazer uma reforma tributária e enviar ao congresso na semana que vem", afirma Carlos Pedroso, economista sênior do Mitsubishi UFJ Financial Group no Brasil.

Os investidores aguardam ainda a sinalização do Banco Central envolvendo a rolagem dos contratos de swaps cambiais (equivalentes à venda de dólares no mercado futuro) de outubro. O BC tem cerca de US\$ 10 bilhões para rolar. "Saíram notícias do Ilan [Goldfajn, presidente do BC] falando que o nível atual do estoque de swaps é confortável e que isso permite flexibilidade para o BC", afirmou Pedroso.

O CDS (credit default swap) do país recuou 0,96%, para 181,6 pontos.

No mercado de juros futuros, os contratos mais negociados tiveram queda nesta sessão. A taxa para janeiro de 2018 recuou de 7,645% para 7,620%. O contrato para janeiro de 2019 saiu de 7,640% para 7,610%.

Confiança do consumidor do Brasil sobe para o maior nível desde fevereiro, mostra Thomson Reuters/Ipsos

14/09/2017 – Fonte: Reuters

A confiança do consumidor do Brasil avançou em setembro para o maior patamar desde fevereiro, apontou o indicador da Thomson Reuters/Ipsos divulgado nesta quarta-feira.

O Índice Primário de Sentimento do Consumidor (PCSI, na sigla em inglês) subiu 2,2 pontos ante agosto e atingiu 40,4 pontos neste mês. Em fevereiro, o índice estava em 40,8 pontos.

Na leitura de setembro, houve melhora em dois subíndices analisados pelo levantamento. O quesito investimentos passou a 42,3 pontos em setembro ante 37 em agosto.

Houve avanço também no subíndice que avalia as condições atuais da economia, para 32,3 pontos, de 27,3 na pesquisa de agosto.

Já os subíndices que avaliam as expectativas e o mercado de trabalho recuaram em setembro.

No quesito expectativas, houve queda de 1,6 ponto em setembro, para 60,7 pontos, e no de mercado de trabalho ligeiro recuo de 0,2 ponto, para 30,5 pontos.

Em agosto, a confiança do consumidor apurada pela Fundação Getulio Vargas (FGV) recuou pelo terceiro mês seguido, em um ambiente ainda de incertezas sobre evolução da economia.

Prévia do PIB aponta alta de 0,41% na atividade econômica

14/09/2017 – Fonte: R7

Levantamento do Banco Central registrou alta de 0,31% no acumulado do ano

O Banco Central do Brasil divulgou hoje o resultado da prévia da atividade econômica do país. Em julho, houve uma alta de 0,41% em comparação a junho.

No ano, o acumulado na medição da atividade econômica feita pelo BC ficou em 0,31%. Porém, considerando o período dos últimos 12 meses, há uma queda de -1,37%.

O IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central) funciona como uma prévia do PIB (Produto Interno Bruto), do IBGE. No ano passado, o PIB brasileiro teve queda de 3,6%.

IGP

O Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10) avançou 0,39% em setembro após o recuo de 0,17% registrado em agosto, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta quinta-feira, 14. O resultado agora anunciado ficou dentro das projeções dos analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast, que esperavam um avanço de 0,18% a 0,55%, com mediana positiva de 0,35%.

No caso dos três indicadores que compõem o IGP-10 de setembro, os preços no atacado medidos pelo IPA-10 tiveram alta de 0,55% no mês, ante uma queda de 0,42% em agosto. Os preços ao consumidor verificados pelo IPC-10 apresentaram estabilidade (0 0%) em setembro, após a alta de 0,34% no mês anterior. Já o INCC-10, que mede os preços da construção civil, teve elevação de 0,35% em setembro, depois de um aumento de 0,27% em agosto.

O IGP-10 acumula deflação de 2,03% no ano. Em 12 meses, a taxa acumulada ficou negativa em 1,66%. O período de coleta de preços para o indicador de setembro foi do dia 11 de agosto ao 10 deste mês. O IGP-DI, que apurou preços do dia 1º a 31 do mês passado, subiu 0,24%.

Grupos

A redução nos preços dos alimentos e na conta de luz freou a inflação ao consumidor no IGP-10 de setembro. O IPC-10 registrou estabilidade no mês, após a elevação de 0,34% registrada em agosto. Seis das oito classes de despesa tiveram taxas de variação menores, com destaque para o grupo Habitação, que saiu de um avanço de 0,78% em agosto para recuo de 0,06% em setembro, sob influência do item tarifa de eletricidade residencial, que passou de alta de 4,45% para queda de 0,28%.

As demais reduções ocorreram nas taxas dos grupos Alimentação (de -0,41% para -0,91%), Transportes (de 1,19% para 0,84%), Comunicação (de 0,51% para -0,06%), Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,36% para 0,28%) e Despesas Diversas (de 0,08% para 0,02%).

Houve impacto dos itens hortaliças e legumes (de -0,06% para -10 52%), tarifa de ônibus urbano (de 0,42% para -0,72%), tarifa de telefone móvel (de 0,70% para -0,11%), artigos de higiene e cuidado pessoal (de 0,34% para -0,41%) e alimentos para animais domésticos (de 0,82% para -0,21%), respectivamente.

Na direção oposta, aumentaram as variações dos grupos Educação, Leitura e Recreação (de 0,14% para 0,82%) e Vestuário (de -0,47% para 0,12%), com

contribuições da passagem aérea (de -1,73% para 25,10%) e roupas (de -0,60% para -0,13%).

IPAs

Os preços agropecuários medidos pelo IPA Agrícola diminuíram 0,94% no atacado em setembro, ante uma queda de 1,56% em agosto, dentro do IGP-10. Já os preços dos produtos industriais mensurados pelo IPA Industrial tiveram alta de 1,05% este mês, após o recuo de 0,04% no atacado em agosto.

Dentro do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP), que permite visualizar a transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva, os preços dos bens finais tiveram redução de 0,22% em setembro, ante diminuição de 1,22% em agosto.

Os preços dos bens intermediários tiveram avanço de 0,43% em setembro, após a queda de 0,51% no mês anterior. Já os preços das matérias-primas brutas apresentaram elevação de 1,67%, depois do aumento de 0,72% em agosto.

IGP-10 de setembro fica em 0,39% ante queda de 0,17% em agosto, afirma FGV

14/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Geral de Preços – 10 (IGP-10) avançou 0,39% em setembro, após o recuo de 0,17% registrado em agosto, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta quinta-feira, 14. O resultado agora anunciado ficou dentro das projeções dos analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast, que esperavam um avanço de 0,18% a 0,55%, com mediana positiva de 0,35%.

No caso dos três indicadores que compõem o IGP-10 de setembro, os preços no atacado medidos pelo IPA-10 tiveram alta de 0,55% no mês, ante uma queda de 0,42% em agosto. Os preços ao consumidor verificados pelo IPC-10 apresentaram estabilidade (0,0%) em setembro, após a alta de 0,34% no mês anterior. Já o INCC-10, que mede os preços da construção civil, teve elevação de 0,35% em setembro, depois de um aumento de 0,27% em agosto.

O IGP-10 acumula deflação de 2,03% no ano. Em 12 meses, a taxa acumulada ficou negativa em 1,66%. O período de coleta de preços para o indicador de setembro foi do dia 11 de agosto ao 10 deste mês. O IGP-DI, que apurou preços do dia 1º a 31 do mês passado, subiu 0,24%.

Grupos

A redução nos preços dos alimentos e na conta de luz freou a inflação ao consumidor no IGP-10 de setembro. O IPC-10 registrou estabilidade no mês, após a elevação de 0,34% registrada em agosto. Seis das oito classes de despesa tiveram taxas de variação menores, com destaque para o grupo Habitação, que saiu de um avanço de 0,78% em agosto para recuo de 0,06% em setembro, sob influência do item tarifa de eletricidade residencial, que passou de alta de 4,45% para queda de 0,28%.

As demais reduções ocorreram nas taxas dos grupos Alimentação (de -0,41% para -0,91%), Transportes (de 1,19% para 0,84%), Comunicação (de 0,51% para -0,06%), Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,36% para 0,28%) e Despesas Diversas (de 0,08% para 0,02%).

Houve impacto dos itens hortaliças e legumes (de -0,06% para -10,52%), tarifa de ônibus urbano (de 0,42% para -0,72%), tarifa de telefone móvel (de 0,70% para -0,11%), artigos de higiene e cuidado pessoal (de 0,34% para -0,41%) e alimentos para animais domésticos (de 0,82% para -0,21%), respectivamente.

Na direção oposta, aumentaram as variações dos grupos Educação, Leitura e Recreação (de 0,14% para 0,82%) e Vestuário (de -0,47% para 0,12%), com contribuições da passagem aérea (de -1,73% para 25,10%) e roupas (de -0,60% para -0,13%).

IPAs

Os preços agropecuários medidos pelo IPA Agrícola diminuíram 0,94% no atacado em setembro, ante uma queda de 1,56% em agosto, dentro do IGP-10. Já os preços dos produtos industriais mensurados pelo IPA Industrial tiveram alta de 1,05% este mês, após o recuo de 0,04% no atacado em agosto.

Dentro do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP), que permite visualizar a transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva, os preços dos bens finais tiveram redução de 0,22% em setembro, ante diminuição de 1,22% em agosto.

Os preços dos bens intermediários tiveram avanço de 0,43% em setembro, após a queda de 0,51% no mês anterior. Já os preços das matérias-primas brutas apresentaram elevação de 1,67%, depois do aumento de 0,72% em agosto.

Aneel anuncia tarifa mais baixa para quem mudar horário de consumo

14/09/2017 – Fonte: R7

Estimativa é de que Tarifa Branca permita gasto entre 10% e 20% menor



Tarifa Branca entra em vigor em janeiro de 2018 Getty Images

Clientes que mudarem o horário de maior consumo de energia da noite para o dia poderão pagar uma conta de luz mais barata a partir do ano que vem. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) decidiu manter o início da vigência da tarifa branca em janeiro de 2018. A estimativa é que seja possível gastar entre 10% e 20% a menos.

A tarifa branca é um regime tarifário que considera o horário do consumo para definir do preço da energia. Atualmente, o consumidor paga o mesmo valor pela energia em todos qualquer horário do dia, seja manhã, tarde, noite e madrugada.

Com a tarifa branca, a energia fica mais cara por três horas no momento em que a rede é mais demandada: dias de semana, no início da noite, normalmente entre 18h e 21h. Uma hora antes e uma hora depois do horário de ponta, o custo será intermediário; e nos demais horas do dia, ela será mais barata. Nos fins de semana, não haverá essa diferenciação.

Cada empresa tem suas especificidades. Na Eletropaulo, por exemplo, que atua na Região Metropolitana de São Paulo, o horário de ponta será das 17h30 às 20h30. Já na Cemig, que fornece energia em Minas Gerais, o horário de ponta será das 17h às 20h.

O início da noite concentra um consumo de energia mais elevado, pois é o horário em que as pessoas normalmente voltam para casa do trabalho e tomam banho. Além do chuveiro elétrico, o ar condicionado é um dos itens que mais consomem energia.

Para ter acesso à tarifa branca, é preciso solicitar a migração para a distribuidora. Essas empresas terão 30 dias para instalar um novo medidor, capaz de verificar o consumo de acordo com o horário. Não haverá custo para o consumidor.

Inicialmente, apenas aqueles com consumo acima de 500 quilowatts-hora (kWh) por mês poderão solicitar o serviço, além de ligações de novos clientes. A Aneel estima que esse grupo represente 4,5 milhões de clientes.

A partir de janeiro de 2019, aqueles com consumo superior a 250 kWh por mês poderão migrar, ou cerca de 15,9 milhões de clientes. A partir de janeiro de 2020, qualquer pessoa poderá solicitar a migração para a tarifa branca. Em média, uma família brasileira consome cerca de 150 kWh mensais.

A Abradee (Associação Nacional de Distribuidores de Energia Elétrica) havia solicitado um adiamento na vigência da tarifa branca, mas o pedido não foi aceito pela Aneel. As empresas temem perder receitas com a adesão de clientes que, por coincidência, já consomem pouca energia no horário de ponta.

Antes de migrar para a tarifa branca, o consumidor deve analisar se consegue efetivamente se adequar ao sistema. Caso seja difícil mudar o horário do banho para o dia ou para a madrugada, será mais barato permanecer no regime atual. A mudança é opcional.

A Associação Brasileira de Defesa do Consumidor Proteste alerta os consumidores para não decidirem pela tarifa branca no impulso. De acordo com a entidade, a tarifa branca deve reduzir em 17% o valor da energia fora do horário de ponta. Porém, no horário de ponta, a energia deve ficar 84% mais cara.

"Ela pode ser uma armadilha para muita gente, principalmente para as pessoas que passam o dia todo fora de casa", diz a entidade, em seu site. A Proteste recomenda a adesão de pessoas que moram sozinhas e daquelas que estudam ou trabalham à noite.

Reforma política não avança, de novo, e regras atuais devem se manter em 2018

14/09/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Os "grandes" PT, PMDB e PSDB tentaram aprovar o distritão misto e financiamento público, mas foram derrotados



Depois de dez horas de discussão no plenário da Câmara dos Deputados, numa sessão que entrou na madrugada desta quinta-feira (14), a reforma política não avançou um milímetro sequer.

Nada foi aprovado, não há consenso e o cenário aponta que as eleições de 2018 devem ser regidas pelas mesmas regras atuais: com sistema proporcional, sem financiamento público e privado de campanha e mantidas as coligações partidárias. A não ser que o Supremo Tribunal Federal (STF) altere pontos da atual legislação.

Uma inusitada união entre PT, PSDB e PMDB propôs uma emenda que previa a adoção do distritão misto para o ano que vem e a aprovação do financiamento público de

campanha. Por esse sistema misto seriam eleitos os mais votados e também seriam considerados os votos na legenda. Mas o acordo entre os "grandes" não vingou. Não teve unanimidade nem dentro de suas bancadas.

No final, cientes da derrota, os grandes partidos entraram em obstrução e a matéria foi a votação. Para a aprovação da proposta, que muda a Constituição, são necessários 308 votos a favor. Apenas 244 deputados votaram. Destes, 216 foram contrários ao texto que mexe no sistema eleitoral, 20 foram a favor e foram registradas 8 abstenções. Outros 162 parlamentares obstruíram a votação.

"Foi um erro grave do partido entrar num acordo desses", disse Henrique Fontana (PT-RS).

A ação sem sucesso dos três maiores partidos foi vista como um "golpe" por representantes de pequenos partidos, que são contrários ao distritão e dependem das coligações para elegerem parlamentares. O líder do PSDB, Ricardo Tripoli (SP), defendeu o distritão, mas também não teve apoio no seu partido. Essa emenda foi costurada entre os deputados Marcus Pestana (PSDB-MG) e o Vicente Cândido (PT-SP), relator da reforma política.

"Não é verdade que com o distritão apenas os candidatos ricos se elegem e os pobres, não. Prevalece nesse sistema o princípio da isonomia. O eleitor está cansado de ver que nem sempre o mais votado, com cem mil votos como ocorreu em São Paulo nas últimas eleições, não se elegeu, mas um candidato com 20 mil votos foi eleito, beneficiado pelo puxador de voto", disse Tripoli.

O acordo entre os maiores partidos na Câmara foi alvo de muitas críticas.

"Os grandes se unem sempre para levar vantagem em tudo. O que está sendo criado aqui é um Frankenstein. Eles estão desesperados", disse Vinicius Carvalho (PRB-SP).

"Esse acordo entre PT, PMDB e PSDB é uma vergonha. A grande corrupção que vemos no país tem origem nesses partidos", disse Roberto Freire (PPS-SP).

O líder do Democratas, Efraim Filho (PB), defendeu a adoção do distritão.

"A sociedade quer um modelo mais transparente. Ela não entende porque os mais votados nem sempre são eleitos. Não entende como vota num candidato do PT e acaba elegendo alguém do PSDB. Vota no PR e elege alguém do PCdoB. O atual sistema só gera corrupção e produz prisões, como temos visto. E ainda provoca esse leilão dos partidos nanicos, que vendem seus tempos de TV", disse Efraim.

Temer faz apelo à base aliada para retomar reformas governistas

14/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O presidente Michel Temer fez um apelo para a retomada das discussões das reformas governistas, como a da Previdência, em café da manhã com parlamentares governistas, no Palácio da Alvorada, nesta quarta (13).

Segundo o ministro Maurício Quintella (Transportes), o governo mira a reforma tributária, menos polêmica, e fala em esforço para discutir a previdenciária.

"É preciso reorganizar a base, votar a reforma tributária, que é menos polêmica, e voltar a discutir a reforma da Previdência", disse.

"A expectativa é que outubro ou novembro seja possível avançar, se não na reforma da Previdência ideal, a possível", reforçou.

Quintella admitiu que a base parlamentar se encontra desmobilizada neste momento, mas negou que a desmobilização tenha se dado apenas pelas denúncias envolvendo o governo.

Segundo ele, há uma resistência clara de parte do Congresso Nacional em relação à reforma previdenciária em razão da proximidade das eleições.

Ele disse ainda que a Previdência foi atropelada por outros temas, como a reforma política, e medidas provisórias.

Temer expôs os recentes dados econômicos de recuperação, considerados o principal trunfo de seu mandato, e pediu aos parlamentares governistas que, em resposta às críticas ao governo, divulguem as informações.

CRISE POLÍTICA

Com a deflagração de uma nova crise política, Temer pediu à base aliada que defenda o atual governo e que rebata as críticas feitas a ele. Pregou que não se pode ficar em silêncio ou se aquietar diante de acusações contra a administração peemedebista.

"Eu pediria que vocês incentivem os nossos deputados e senadores para fazer um discurso de rebate. Porque, muitas vezes, eu vejo que a pessoa ouve uma coisa negativa e se aquietar, fica em silêncio. Não pode se aquietar", disse.

Em discurso, ele ressaltou que o país não pode ficar paralisado e que não é hora de se envolver em questões da alçada de outros poderes, em uma referência às investigações contra o governo analisadas pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

"Se nos envolvermos em outras questões, nós vamos nos embaralhar, nos embaraçar.

Certas questões não são da nossa alçada e nós temos de pensar na nossa", disse.

Em menos de 24 horas, o presidente foi citado em investigação da Polícia Federal e se tornou alvo de inquérito aberto pelo STF. Há ainda a expectativa de apresentação de uma denúncia por obstrução judicial e formação de quadrilha pela PGR (Procuradoria-Geral da República).

Produza bateria ou perca emprego, dizem chefes de montadoras à Europa

14/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



A Europa não deve se precipitar a abandonar o motor a combustão e precisa criar sua própria produção de baterias de carros elétricos para competir com a China, disseram os fornecedores de autopeças e montadoras no Salão do Automóvel de Frankfurt.

Os comentários foram feitos em um momento em que o futuro do carro tornou-se um tópico importante na campanha eleitoral eleições da Alemanha, especialmente depois que o Reino Unido e a França anunciaram planos para acabar com o uso de motores de combustão para tentar reduzir a poluição.

Roberto Vavassori, presidente da Associação Europeia de Fornecedores Automotivos, advertiu que uma corrida precipitada aos carros elétricos entregaria os negócios à China, que, juntamente com a Coreia do Sul e o Japão, domina a produção de baterias para tais veículos.

"Precisamos criar um período de transição sensato que não dê presentes indesejados aos nossos amigos chineses", disse ele, estimando que as montadoras europeias estavam pagando entre € 4.000 e € 7.000 à China por baterias para cada carro elétrico.

Vavassori pediu uma diretriz europeia para desenvolver a próxima geração de células de bateria. Ele disse que os fabricantes de automóveis e os políticos devem olhar para outras formas de reduzir as emissões dos veículos.

Volkswagen Caminhões vê retomada de mercado e ingressa em novo segmento com família de leves

14/09/2017 – Fonte: Reuters

A Volkswagen Caminhões e Ônibus espera que o mercado brasileiro de veículos comerciais mantenha tendência de recuperação até o final deste ano, caminhando para interromper um ciclo de quatro anos de quedas em um momento em que a empresa ingressa na base do segmento de leves com uma nova família de produtos.

A companhia, que disputa a liderança do mercado brasileiro de caminhões com a Mercedes-Benz, anunciou nesta quarta-feira lançamento de família de caminhões formada por seis modelos e que é direcionada para atender um setor responsável por cerca de 30 por cento das vendas de caminhões no país.

O lançamento é resultado de investimento de 1 bilhão de reais no projeto iniciado em 2011 e considerado pelo presidente da companhia na América Latina, Roberto Cortes, como o mais importante já realizado pelo grupo.

"É difícil fazer negócio em um país com instabilidade política, mas existe uma crença de que estamos no caminho certo...A indústria começou o ano com queda de 30 por cento nas vendas sobre um ano antes, mas começou a melhorar com as vendas saindo de 155 caminhões e ônibus por dia no país em janeiro para 270 em julho, quase o dobro", disse Cortes.

Segundo ele, mesmo que as vendas não cresçam significativamente este ano, "em 2018 tudo aponta para que o rumo seja positivo, com aprovação de reformas e ambiente de negócios melhor. E, em 2019, teremos recuperação", disse Cortes, acrescentando que a projeção de investimento da empresa para o período de 2017 a 2021 é de 1,5 bilhão de reais.

Neste mês, a associação de montadoras, Anfavea, cortou a estimativa para as vendas de veículos pesados, que incluem caminhões, em 2017 para uma alta de 3,6 por cento, a 64 mil unidades. A projeção inicial previa crescimento de 6,4 por cento.

A indústria de caminhões do Brasil, um termômetro do nível de investimento na economia do país, teve vendas de 140 mil veículos em 2014, caindo a 51 mil em 2016.

No caso da Volkswagen Caminhões e Ônibus, a empresa começou este ano trabalhando apenas um turno durante quatro dias por semana na fábrica em Resende (RJ), ritmo que em agosto passou a 5 dias por semana e três sábados por mês, disse Cortes.

O executivo afirmou que a nova família de veículos foi lançada para atender mudanças nas tendências de entregas de produtos no país causadas pela forte expansão do comércio eletrônico e dificuldades próprias de locomoção nos grandes centros brasileiros.

O modelo mais leve da família, com 3,5 toneladas de peso bruto total, pode ser conduzido por motoristas com habilitação para conduzir automóveis e deverá entrar

em competição direta com modelos populares no país de montadoras asiáticas como a Hyundai.

Segundo Cortes, os novos modelos foram desenvolvidos no Brasil e Alemanha para atender mercados emergentes, mas o foco por enquanto é no brasileiro e no latino-americano. A família de caminhões leves deverá ajudar a empresa a cumprir a meta de dobrar a participação de suas exportações no total de vendas de 15 para 30 por cento nos próximos dois a três anos, disse o executivo.

Ele acrescentou que os modelos "serviriam para a Ásia, mas é uma questão de se fazer a conta de retorno...É um projeto para países emergentes."

Ford anuncia novo EcoSport 4x4 para o Brasil com pegada europeia

14/09/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Marca afirma que versão deixará de ser um mero coadjuvante da linha para conquistar os amantes de aventuras fora da estrada



A versão 4x4 do **EcoSport** sempre foi mero coadjuvante no catálogo do carro, longe de ser a preferida do consumidor. Mas, segundo a Ford, este papel irá mudar com a reestilização do **SUV compacto**, recém-chegada ao mercado brasileiro.

A Ford exhibe no **Salão de Frankfurt**, na Alemanha, o pacote ST-Line, que antecipa a configuração fora de estrada da versão brasileira. O Eco AWD deixou de ser vendido com o lançamento do novo modelo em julho passado, mas voltará às lojas no início de 2018.

Segundo Rogério Goldfarb, vice-presidente da marca para a América Latina, a opção com tração nas quatro rodas ocupará uma posição de destaque na linha, diferentemente do que ocorria no passado.



Para subir de status, o EcoSport 4x4 usará praticamente o mesmo conteúdo europeu, inclusive com a tração integral atualizada. Muda apenas o sistema de aquecimento do volante e o som da Bang & Olufsen, além, é claro, o estepe fixado na tampa do porta-malas, que não existe no modelo europeu.

A motorização também não cruzará o Atlântico, ou seja, não veremos o 1.0 EcoBoost, que pelo mundo tem opções de 100, 125 e 140 cv, e do novo 1.5 diesel (100 cv).



Porém em solo nacional usará ou o novo 1.5 flex, de três cilindros e 137 cv, ou então o 2.0 flex, de 175 cv, informação que Goldfarb não quis adiantar. Da mesma forma que não quis revelar qual será o câmbio, se o manual de 5 marchas ou o automático de 6 velocidades - no Velho Continente o ST-Line vem com transmissão mecânica. "Teremos ainda uma série especial, com personalidade diferente dos modelos atuais", revela o executivo.



Locadoras aumentam participação nas vendas de carros

14/09/2017 - Fonte: Automotive Business



A participação das **locadoras** no volume total das **vendas** de **carros** no Brasil realizadas de janeiro a agosto atingiu 13,5%, considerando o total de 1,38 milhão de automóveis e comerciais leves emplacados no período. Este índice supera em 2,6 pontos percentuais a fatia total registrada do setor de locação no mercado em todo o ano de 2016, que foi de 10,9%.

Nos oito meses fechados deste ano, as locadoras compraram 185,3 mil veículos, volume que representa 85% do que foi realizado em todo o ano passado. A tendência é de que este total aumente e supere os emplacamentos pelas locadoras em 2016, que totalizou 217,8 mil, entre automóveis e comerciais leves.

"O setor de locação mantém uma renovação de frota constante e este número está aumentando, devemos encerrar o ano com uma frota 27,5% maior que a de 2016", afirma o presidente da Abla, Paulo Nemer, após a abertura do 13º Fórum Nacional do Setor de Locação de Veículos, realizada na quarta-feira, 13, em São Paulo.

Segundo o executivo, a flexibilização das montadoras em facilitar as compras e a queda da taxa de juros foram fatores decisivos que ajudaram a alavancar os números do setor de locação. "O avião começou a imbicar", comemora em alusão ao nível dos negócios que voltou a subir.

Com este cenário, Nemer indica que o faturamento das locadoras pode voltar a crescer após registrar queda de 25% em 2016, quando os ganhos somaram R\$ 12,1 bilhões. Segundo ele, o número de usuários também apresenta tendência de alta: em 2016, cerca de 23,2 milhões de pessoas utilizaram o serviço de aluguel de carros (leia [aqui](#)).

O resultado de todos os indicadores do setor só serão divulgados após o fechamento do ano.

VENTOS A FAVOR

Desde agosto, quando as vendas de veículos voltaram a crescer, o comportamento do mercado demonstra certo equilíbrio, apesar de o cenário econômico ainda não ser tão favorável. Para o coordenador da Universidade e TV Fenabreve, Valdner Papa, o desempenho do mercado tem tudo para continuar crescendo de agora em diante, ainda que em ritmo lento.

“Este é o terceiro mês consecutivo em que o mercado iniciou o processo de crescimento consistente; não terá mais altos e baixos”, afirma Papa. Ele aponta que a Fenabreve prevê um total de emplacamentos na ordem de 2,10 milhões a 2,15 milhões neste ano e de 2,25 milhões a 2,30 milhões em 2018, mas que o Brasil só voltará a atingir seu pico de 3,27 milhões em 2023. Ele acrescenta que durante a crise a indústria nacional chegou a trabalhar com 48% de sua capacidade e agora, impulsionada pelas exportações, as fábricas já utilizam 63% de sua capacidade produtiva.

Por sua vez, Marcus Lavoratto, da B3 (fusão entre a BM&FBovespa e a Cetip) reforça que de fato agosto foi o mês da virada para os financiamentos de veículos, pois foi nele que a curva se inverteu e voltou a crescer em termos de volume, acompanhando a alta do segmento de leves.

Por outro lado, pesados e motocicletas ainda patinam: o primeiro depende de investimento e o segundo, cujo consumidor é o mais afetado pela crise, ainda depende da melhora do nível de empregos. Ele destaca que o segmento de SUVs já é o terceiro maior em financiamentos, apontando para uma preferência cada vez maior do consumidor por este tipo de veículo.

“O conceito do carro de entrada está se perdendo por causa do consumidor cada vez mais exigente: hoje ou é carro completo ou é carro completíssimo”, afirma, indicando um caminho para as locadoras.

O representante do Itaú, Rodnei de Souza, também demonstra otimismo sustentado pela queda da taxa Selic, que acabou de ser rebaixada em mais um ponto porcentual, para 8,25%: “Oficialmente estamos prevendo uma taxa de 7,25% para o fim deste ano e de 7% no fim de 2018, que deve se estabilizar neste patamar.

Com certeza, este é um fator de grande ajuda para o setor de locadoras, que é um segmento de baixo risco e que historicamente apresenta um dos níveis mais baixos de inadimplência em comparação com outros setores”, afirma.

Além da perspectiva de um cenário melhor, o representante da Fenabreve, que reúne as associações de concessionárias, aponta que o setor de distribuição passou a se preocupar menos com o mercado, uma vez que as tendências estão mais claras, e agora volta sua atenção para o modelo de negócio, que para ele deixou de ser o tradicional vendedor de carros para se tornar uma empresa dedicada a produtos e serviços da mobilidade.

“O setor de locação está no mesmo barco desta transformação profunda de conceito de negócio, uma vez que estamos lidando com novas e diferentes formas de

locomoção, como os carros compartilhados. Hoje o que ocupa a nossa agenda é o debate sobre o futuro do nosso negócio.”

Ele cita ainda novas estratégias que vão muito além do que se pode imaginar para uma concessionária, como por exemplo o uso da neurociência que pode ser útil para identificar e entender o tipo de cliente a partir de sua característica mais marcante.

Com isto e com treinamento específico, o atendente terá condições de escolher o tipo de abordagem pré-determinada e que mais condiz com o tipo do cliente, a fim de potencializar seu poder de persuasão.

Motor a combustão interna ainda vai evoluir muito

14/09/2017 – Fonte: Automotive Business

Os grandes mercados globais de veículos já deixaram claro que o carro elétrico é o futuro. Essa rota tecnológica está definida, mas há bons indícios de que ela não será exclusiva.

“Há grande campo para melhorar e tornar os **motores a combustão** mais eficientes. O caminho é eletrificar, mas é importante lembrar que um carro híbrido, por exemplo, ainda conta com um motor a combustão”, diz Ricardo Abreu, diretor de pesquisa e desenvolvimento da Mahle. Na quarta-feira, 13, ele participou do Simea, simpósio de engenharia promovido pela AEA em São Paulo.

Em sua apresentação, o engenheiro fez questão de provocar a plateia a refletir sobre as possibilidades da indústria automotiva para além dos modelos puramente elétricos, que exigem investimento em infraestrutura para ganhar mercado. “Precisamos trabalhar em soluções de baixo carbono com a maior aceitação possível pelo consumidor, fazer o melhor uso de todas as alternativas, sem preconceito”, reforça.

Na visão dele, é essencial levar em conta o ciclo de emissões do poço à roda, considerando que muitos países poluem muito para gerar energia elétrica. É nesse contexto que o motor a combustão tem vida longa, mas não necessariamente com combustíveis fósseis.

“Soluções alternativas e renováveis como o gás natural, etanol e biodiesel tendem a crescer.” Estudo destacado por Abreu indica que, em 2030, 90% da frota mundial ainda será composta por carros equipados com o bom o velho motor a combustão. Esse percentual cairá para 75% em 2040, mostra, sinalizando que as vendas de modelos zero emissão vão acelerar consideravelmente nos próximos anos.

Para Abreu, ainda que conte com o etanol como fonte limpa de energia, o Brasil está claramente atrasado na eletrificação. “Não podemos ficar fora do mundo. Se este é o caminho e precisamos partir para a ação. Estamos atrasados e só com uma legislação que nos indique as próximas etapas será possível ir adiante.

Henry Joseph Jr., vice-presidente da Anfavea que também participou do evento, concorda com a visão de que, independentemente das conquistas até aqui, é necessário seguir a rota tecnológica global - ainda que da maneira brasileira.

“Nós usamos combustíveis renováveis desde a década de 1970 e não somos reconhecidos globalmente por isso. Agora temos um espaço importante com a possibilidade de desenvolver a célula de combustível a etanol”, diz, apontando que seria uma solução local relevante em outros mercados.

GM de Gravataí volta a 3 turnos e contrata 700

14/09/2017 – Fonte: Automotive Business



A General Motors voltará a trabalhar em três turnos em sua fábrica de **Gravataí** (RS), onde são montados atualmente os Chevrolet Onix e Prisma. De acordo com a **GM**, o turno extra vai gerar 700 postos de trabalho e servirá para suprir a demanda pelos dois modelos no Brasil e em outros mercados sul-americanos.

A unidade havia interrompido o terceiro turno em novembro de 2015 como consequência da retração de mercado e do fim da produção do Celta. Até outubro daquele ano as vendas dos três modelos haviam caído 22,7% em relação aos mesmos meses de 2014. Na época, o encerramento do terceiro turno colocou 825 funcionários em layoff.

Recentemente, a montadora anunciou investimento de R\$ 1,4 bilhão na planta gaúcha para sua modernização e desenvolvimento de novas tecnologias. A quantia faz parte de um grande aporte de R\$ 13 bilhões da GM no Brasil entre 2014 e 2019.

Desse total haverá R\$ 1,2 bilhão para a fábrica de automóveis de São Caetano do Sul (SP) e R\$ 1,9 bilhão para a unidade de motores de Joinville.

De acordo com a General Motors, os interessados nas vagas poderão se credenciar até 31 de outubro no site www.chevrolet.com.br, na seção "Trabalhe Conosco", selecionando o cargo pretendido. As novas vagas se concentram nas funções de operador de produção e técnico de manutenção, sendo extensivas a portadores de deficiência.

Consórcio obtém recorde anual em novas cotas

14/09/2017 – Fonte: Automotive Business



A venda de **novas cotas** de **consórcio** para veículos atingiu o seu melhor mês em julho, com 170,8 mil unidades e alta de 4,5% sobre o mês anterior. O acumulado dos sete meses teve 1,13 milhão de novas cotas e alta de 7,6% sobre o mesmo período do ano passado.

O crescimento continua sendo puxado pelos veículos leves (automóveis, picapes e utilitários), em que as novas cotas somaram 614,1 mil unidades no acumulado do ano, anotando alta de 20,1% sobre o mesmo período de 2016.

Os números foram divulgados pela Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios (Abac). Além das novas cotas, o segmento leve obteve outras altas importantes no acumulado do ano. O volume de créditos comercializados (resultado das novas cotas multiplicadas por seus valores) atingiu R\$ 25,7 bilhões no período, aumento de 28%. O tíquete ou valor médio das cotas passou a R\$ 43,2 mil, alta de

14,3%.

E os participantes ativos, aqueles que mantêm o pagamento das parcelas tendo ou não sido contemplados, aumentaram 6,5%. Já as contemplações cresceram apenas 1% no período. Esse é um reflexo, segundo a Abac, da redução do número de grupos em andamento nos anos recentes como consequência da crise econômica.

A associação acredita que as contemplações voltarão a crescer com vigor a partir do fim do primeiro semestre de 2018 se o ambiente econômico ajudar.

PESADOS TAMBÉM EM ALTA

Ainda que em menor número, os veículos pesados (caminhões, ônibus, semirreboques, tratores e implementos) continuam colaborando com o crescimento dos consórcios. A venda de novas cotas para pesados atingiu no acumulado do ano 28,9 mil unidades e cresceu 8,9% sobre os mesmos sete meses de 2016.

O volume de créditos comercializados para pesados chegou a R\$ 4,3 bilhões, aumento de 15,6%, e o tíquete médio atingiu R\$ 153,2 mil nos sete meses, crescendo 28,2% sobre o mesmo período de 2016. Já as contemplações, 17 mil, recuaram 3,1%. Também houve pequena queda (-1,3%) nos participantes ativos, 275 mil.

RETRAÇÃO PARA MOTOS PERSISTE, MAS DIMINUI

Ao contrário do que ocorre para veículos leves e pesados, a venda de novas cotas para motocicletas continua em queda. No acumulado até julho foram vendidas 491,1 mil unidades, volume 4,6% menor que no mesmo período de 2016. Mas essa retração vem diminuindo. Como exemplo, o primeiro quadrimestre registrava queda de 7,4% e o primeiro semestre, de 5,3%.

Pode-se até imaginar um empate com 2016 até o fim do ano, mas a Abac prefere não apostar nisso pelo quadro político ainda instável e também porque a disposição dos bancos para financiar motos pela modalidade CDC (Crédito Direto ao Consumidor) aumentou no primeiro semestre.

Novo Delivery amplia família Volkswagen

14/09/2017 – Fonte: Automotive Business



Após cinco anos de desenvolvimento e investimentos que alcançaram R\$ 1 bilhão, a MAN Latin America tirou do papel o Projeto Phevos, que agora toma corpo na forma de seis **novos caminhões Delivery**, que ampliam a **família Volkswagen** para o segmento de veículos de carga semileves, com uma versão de 3,5 e outra de 4 toneladas de peso bruto total (PBT), onde a marca ainda não atuava.

As seis versões, projetadas do zero pela engenharia brasileira da empresa, serão apresentadas ao público na Fenatran em outubro e lançados de forma gradual entre o fim deste ano e início de 2018. Os novos modelos vão conviver no mercado com os outros cinco Delivery leves e médios que já estavam à venda, com a cabine antiga.

“É o maior investimento já feito na história (de 35 anos) da Volkswagen Caminhões e

Ônibus, que marca nossa entrada no segmento abaixo das 5 toneladas (de PBT) e nos transforma em uma marca *full-liner*", afirma Roberto Cortes, presidente da MAN Latin America.

Agora sem segredos a guardar, ele confirma que o Projeto Phevos foi iniciado em 2011 na matriz da MAN na Alemanha, com o objetivo de desenvolver uma nova linha global de caminhões pequenos, mas em 2013 a empresa avaliou que os modelos não seriam bem-sucedidos na Europa ou China. "Foi quando decidimos assumir todo o projeto para renovar e ampliar a família Delivery", conta Cortes.

Isso não quer dizer, contudo, que a nova família Delivery tenha se tornado um projeto regional, mas sim uma nova plataforma internacional de caminhões Volkswagen. "Faz parte de nossa linha global e da estratégia de expansão internacional da marca Volkswagen de caminhões, que serão vendidos em todos os mercados onde já atuamos e em novos, para ajudar a fábrica de Resende (RJ) a atingir sua capacidade de produção de 100 mil veículos/ano. Isso não vai acontecer agora, mas esperamos que seja mais rápido do que pensamos", diz o executivo, apostando que esse objetivo poderá ser alcançado a partir de 2020/2021, principalmente pelo aumento das exportações.

Marcos Forgioni, vice-presidente de mercados internacionais, estima que em médio e longo prazos a nova família Delivery tem potencial para vender algo como 20 mil unidades/ano em diversos países, incluindo quase toda a América do Sul e Central, México, África e Oriente Médio, contando com plantas de montagem em CKD nessas regiões.

MERCADO DOMÉSTICO EM EXPANSÃO

Para o Brasil, a estimativa é que a linha Delivery tem potencial para 30 mil unidades/ano quando o mercado voltar à sua plenitude. "Não será agora, mas temos certeza que isso irá acontecer no longo prazo", afirma Ricardo Alouche, vice-presidente de vendas e marketing. Segundo ele, o novo Delivery chega em momento de expansão do segmento de caminhões leves e semileves, que hoje representam 31% das vendas totais no País e a estimativa é que essa participação cresça para quase 40% em uma década.

"Ao mesmo tempo em que cresce a demanda por entregas urbanas, também avançam as restrições à circulação de caminhões nas grandes cidades. Ampliamos o número de versões do Delivery justamente para atender essa necessidade que ouvimos dos clientes", explica Alouche. Ele destaca que a nova família foi preparada para receber com facilidade diversas configurações de entre-eixos e todos os seis podem ser transformados em VUCs (veículos urbanos de carga), que não têm restrições de trânsito.

A versão menor batizada Express, de 3,5 toneladas, já é um VUC de berço, é classificada como caminhoneta e pode ser dirigida por motoristas com habilitação "B", a mesma requerida para guiar carros e comerciais leves.

O Delivery Express tem até motor de picape, o novo Cummins 2.8 de 150 cavalos com tecnologia de controle de emissões EGR, de recirculação de gases, que dispensa do uso de Arla 32. Para Alouche, deverá representar perto de 20% das vendas da família Delivery, com objetivo de abocanhar ao menos 30% de participação no segmento de 3,5 toneladas, o que atualmente equivale de 100 a 150 unidades por mês.

O preço sugerido da versão Express deverá ser fixado em R\$ 118 mil e o cliente poderá optar por comprar o caminhão já implementado de fábrica, com baú por R\$ 10 mil ou carroceria de metal para carga seca por R\$ 7 mil.

“É um tipo diferente de cliente do que estamos acostumados, por isso a rede terá um atendimento diferenciado para ele, incluindo venda com ou sem implemento, planos de consórcio e financiamento CDC”, conta o executivo.

Alouche afirma que não chega a ser um problema a maior complexidade de produção trazida pelos seis novos e completamente diferentes integrantes da linha Delivery. “Decidimos fazer porque enxergamos essa demanda dos clientes”, garante.

“Tínhamos um produto (o velho Delivery) mais robusto do que o mercado necessitava, em uma faixa dominada por chassis de vans ou picapes coreanas. Agora temos veículos melhores ajustados e configurados para esse segmento”, avalia.

Apesar de a nova linha custar de 7% a 15% mais caro em comparação com as versões antigas, Alouche espera que com o tempo os novos Delivery devem representar 75% das vendas da família.

“Deve acontecer algo parecido com o lançamento do Constellation em 2005, quando decidimos manter em produção a cabine antiga Worker, que faz parte da linha até hoje com participação menor de 15% das vendas”, diz.

VERSÕES

Todo o projeto do novo Delivery nasceu do zero, o modelo não compartilha nenhuma peça com o modelo anterior, incluindo o powertrain. O motor Cummins 3.8 já existia, mas foi reconfigurado para equipar as versões de 13, 11 e 9 toneladas de PBT.

Já os dois motores de 2,8 litros são novos projetos, um tem pós-tratamento de gases SCR, que usa Arla 32, e outro o EGR de recirculação de gases que dispensa o reagente à base de ureia. A transmissão manual de seis marchas é fornecida pela Eaton, que já prepara versões automatizadas que estarão disponíveis em toda a linha até o fim de 2018, a começar pelo mais pesado.

A cabine também é completamente nova por dentro e por fora. Foi desenhada na Alemanha pela Volkswagen Veículos Comerciais e segue a identidade visual da marca, mais se assemelhando ao design de uma van como a VW Crafter vendida na Europa. Até o quadro de instrumentos segue padrão global de veículos do Grupo Volkswagen, com dois indicadores analógicos e tela do computador de bordo ao centro.

A bordo o conforto e dirigibilidade são parecidos com o de um carro de passeio. A suspensão dianteira independente corrobora com essa qualidade e confere ao novo Delivery menor raio de giro para facilitar manobras na cidade. Também estão disponíveis ar-condicionado, sistema de som, acionamento elétrico de vidros, travas e retrovisores.

- **Delivery Express** – Combina a agilidade dos automóveis em manobras rápidas à robustez dos caminhões. Pode ser guiado por motoristas com carteira de habilitação categoria B e trafegar em áreas onde a circulação de caminhões é restrita.

O rodado simples na traseira traz o benefício da cobrança de pedágio no valor de um automóvel. Tem motor Cummins ISF de 2,8 litros com tecnologia de recirculação de gases EGR, dispensando uso de Arla 32. Alcança 150 cv e torque máximo de 360 Nm.

Tem airbags tanto para o motorista como para os dois passageiros, este com 160 litros, associado a cintos de segurança com pré-tensionadores.

- **Delivery 4.150** – Outra estreia da VW Caminhões no segmento de semileves e que já conta com financiamento via Finame. É muito parecido com o Expressa e usa o mesmo motor Cummins ISF de 2,8 litros e 150 cv com EGR. A transmissão manual de seis marchas é a Eaton ESO-4106.

- **Delivery 6.160** – Este tem caixa ESO-4206 de seis velocidades e motorização Cummins ISF de 2.8 com SCR para pós-tratamento de gases com injeção de Arla 32. A potência chega a 160 cv e torque máximo de 430 Nm.

- **Delivery 9.170** – Com uso de novos materiais o modelo teve redução de peso da ordem de 10% na comparação com seu antecessor, tornando-se mais econômico e com maior capacidade de carga. Seu motor é o Cummins ISF de 3,8 litros e tecnologia SCR, com torque máximo de 600 Nm e 165 cv de potência. A transmissão manual é a ESO-6106, com seis velocidades.

- **Delivery 11.180** – Indicado para entregas urbanas e serviços rodoviários de curtas e médias distâncias, o novo Delivery 11.180 é equipado com motor Cummins ISF 3.8 SCR, com torque máximo de 600 Nm e 175 cv de potência, além da transmissão manual ESO-6106.

Delivery 13.180 – Primeiro modelo equipado com terceiro eixo da nova família, é o caminhão com maior capacidade da linha, mas projetado de acordo com a legislação de circulação de Veículo Urbano de Carga (VUC) nas cidades onde há restrição de tráfego. Tem o mesmo motor Cummins ISF 3.8 SCR, com torque máximo de 600 Nm e 175 cv de potência e transmissão manual ESO-6206.